



Anais da Assembléia

Nº 212

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUÍZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUÍZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUÍZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossini
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademair Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zalusso - Cleiton Cristóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alberghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademair Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossini; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caltio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adair - Sâmis da Silva - Toti Colaco; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Daffio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florivaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Nélvo Beraldin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademair Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2996

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 288/97, que dispõe sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registros, previstos na Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 3006

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 665/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre a destinação de 10% dos recursos arrecadados ao FURESTRAN, para a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3011

Senhor Presidente,

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de sessões extraordinárias, logo após a presente sessão ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3005

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 357/97, que institui a criação da Região Metropolitana de Londrina.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2970

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja suspenso o trâmite do Anteprojeto de Lei nº 492/97, com a devolução da Mensagem nº 58/97, oriunda do Poder Executivo, em face da não observância dos limites previstos na Lei nº 11.802, de 17 de julho de 1997, artigo 20, no Anteprojeto de Lei Orçamentária do Estado em seu artigo 3º, bem como acerca da não observância do artigo 16, inciso III da Lei nº 11.802/97.

O presente pedido justifica-se pela necessidade de esclarecimento sobre tal questão, afim de proporcionar a apreciação, por esta Casa de Leis, do referido projeto.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(aa) ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO
 EMERSON NERONE
 DOUTOR ROSINHA
 IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Lei de Diretrizes Orçamentária nº 11.802/97, em seu artigo 16, inciso III, estabeleceu que:

"Art. 16 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1998 conterá, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica e financeira do Estado, documentada com;

III - demonstrativo das concessões e isenções fiscais."

A Mensagem nº 58/97, que deu origem ao Projeto de Lei nº 492/97, não apresenta quaisquer informações sobre as isenções fiscais concedidas no exercício de 1997, bem como das previstas para 1998. Omitiu-se completamente.

No artigo 20 da mesma Lei nº 11.802/97, está previsto um valor de 7,5 bilhões para o exercício de 1998.

"Art. 20 - O orçamento fiscal e os próprios da administração indireta, para 1998, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às autarquias, fundações, órgãos de regime especial e fundos, com um valor de até R\$ 7.500.000.000,00 (7,5 bilhões), a preços de 01/07/97, ficando a despesa fixada em igual valor."

Não obstante a previsão na lei orçamentária conforme descrito acima, a Mensagem nº 58/97, do Poder Executivo, que deu origem ao Projeto de Lei nº 492/97, dispõe em seu artigo 3º, que:

"Art. 3º - Os orçamentos fiscal e próprio da administração indireta discriminados no Anexo III estimam a receita em R\$ 10.944.788.100,00 (10,9 bilhões) e fixam a despesa em igual valor."

Desta forma, temos que a Mensagem nº 58/97 do Poder Executivo superestima a lei orçamentária em R\$ 3.444.788.100,00 (3,4 bilhões), equivalente a 46%, o que está em desacordo com o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária.

REQUERIMENTO Nº 3002

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja reservada a primeira hora da sessão ordinária do dia 09 de dezembro próximo vindouro para homenagear a referida sociedade, de acordo com o artigo 82, do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 2995

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Advogado, Doutor Roberto Ciro Corrêa, ocorrido dia 17/11/97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja da ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 74 anos, faleceu o Advogado Doutor Roberto Ciro Corrêa, no último dia 17/11.

O extinto deixou viúva Dona Maria, 05 filhos e netos.

Roberto Ciro Corrêa chegou em Porto União da Vitória no final da década de 40, iniciando sua vida em Porto União da Vitória, com uma pequena fábrica de macarrão e café.

Formado em: Técnico em Contabilidade; Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná; em Direito pela Universidade Federal do Paraná - Turma 1960.

Liderou a criação da Subseção da OAB de União da Vitória, onde foi Presidente, vice-Presidente, Secretário, Diretor Social e Bibliotecário.

Liderou a implantação do CIP, do SENAI e da FA-CE.

Leccionou Técnicas de Administração e História Comercial, a nível de primeiro e segundo graus.

Leccionou Administração, Direito e Economia a nível universitário.

Liderou a implantação do Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (hoje, BESC) em Porto União onde foi seu primeiro Gerente.

Advogado do Banco BRADESCO em Porto União; Sócio Fundador do Rotary Club de Porto União/União da Vitória; Sócio Fundador do Lions Club de União da Vitória onde foi seu Presidente.

Foi também contemplado com o Título de Cidadão Honorário de União da Vitória - Lei nº 2.160/95.

Recebeu o Diploma de "Amigo do 5º Batalhão de Engenharia e Combate".

O passamento do Doutor Roberto Ciro Corrêa deixou enorme lacuna no seio de sua família, bem como e seu vasto círculo de amigos, principalmente das cidades gêmeas Porto União/União da Vitória, onde está incluído este Parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Roberto Ciro Corrêa.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu, e a paz sobre Roberto Ciro Corrêa e o seu reino não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Doutor Roberto Ciro para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Roberto Ciro Corrêa sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

Tombou mais um lutador.

A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso caiu o Doutor Roberto Ciro quando ainda no auge da luta. Levou consigo, entretanto, a certeza do dever cumprido.

Permaneceremos todos, familiares e amigos, fiéis a sua memória e seus exemplos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Corrêa, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3000

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do industrial, Senhor João Batista Dissenha, ocorrido no último dia 19.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja da ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 92 anos de idade, faleceu na última quarta-feira, dia 19.11, o industrial João Batista Dissenha, um dos pioneiros da indústria de União da Vitória e da região. Foi o principal responsável pela implantação de um dos complexos industriais mais importantes e sólidos dos últimos 50 anos: a Empresa Dissenha S/A - Indústria e Comércio.

Homem de hábitos simples, João Batista Dissenha nasceu no então Distrito de São José dos Pinhais, Curitiba. Casado com a Senhora Maria Dussolina (de saudosa memória) foi para União da Vitória em 1947, comprando uma fazenda na localidade de Passo da Galinha, hoje Município de General Carneiro, que se constituiu na base de formação do grande complexo industrial, que gerou milhares de empregos e riquezas para as cidades irmãs.

Do seu casamento com Dona Maria Dussolina, o extinto deixou quatro filhos: José Nelson, casado com a Senhora Suzete; Maria Luiza, casada com o Senhor Rui Jacobs; Wilson Dissenha casado com a Senhora Sizin; e Maria Leni, viúva. Deixou também 17 netos e mais de 25 bisnetos.

Com a morte de João Batista Dissenha, sepultado no Cemitério Municipal de Porto União, União da Vitória/Porto União, bem como toda a região, perdem um dos mais importantes líderes do setor industrial.

O passamento do Senhor João Batista Dissenha, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo, João Batista Dissenha.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre João Batista Dissenha, e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família do Senhor João Batista Dissenha para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça, guardará Seu servo João Batista Dissenha sob a sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

Tombou mais um lutador.

A morte, no seu perambular sem cessar, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso, caiu o Senhor João Batista Dissenha quando ainda no auge da luta. Levou consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com dedicação e

com altivez, o combate da honra e do dever.

Sua família, a família que adorou despediu-se debruçada em lágrimas, na certeza que ele poderá repousar tranquilamente no céu junto a Deus, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Permaneceremos, todos, familiares e amigos, fiéis a sua memória e seus exemplos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Dissenha, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3001

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar, à família Rampazzo, pelo falecimento de Gustavo Nóbile Rampazzo, filho do Prefeito Municipal de Terra Boa, Antonio Carlos Rampazzo, ocorrido no último dia 27 de novembro de 1997.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3013

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado Doutor Ruy Costa da Rocha Loures ocorrido nesta Capital no último dia 29.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Ruy Costa da Rocha Loures, de origem de tradicional família paranaense, desaparecido aos 67 anos de idade, foi um Advogado de destaque no Paraná, Professor da Universidade Federal.

Ruy Rocha Loures, cedo se dedicou às campanhas políticas, sendo sustentáculo da campanha de seu pai, o saudoso Desembargador João Rocha Loures, e também atuou na eleição do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto na década de 50.

O homem público falecido era casado e deixa viúva a Senhora Ruth Daicol da Rocha Loures, além dos seguintes filhos: Raimundo, Rogério, Ruy Filho, Simone, Roberto, além de um vasto círculo de amigos.

Por todos esses registros, justifica-se amplamente a homenagem póstuma que pretendemos firmar ante a memória de Ruy Costa Rocha Loures.

REQUERIMENTO Nº 3014

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Doutor Raphael Ferreira Rezende ocorrido nesta Capital no último dia 28.

Requer ainda que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Raphael Ferreira Rezende, desaparecido aos 81 anos de idade, foi um político de destaque no Paraná nas décadas de 60 e 70, tendo servido por três mandatos como Deputado Federal. Foi um dos líderes da antiga corrente social-democrata, tendo concorrido a vice-Governador em 1965, na chapa encabeçada pelo Professor Munhoz da Rocha.

De origem mineira, Raphael Rezende cedo se dedicou às lides empresariais, tendo dirigido empresas de mercado de capitais e construtoras - do Grupo Horizonte - ultimamente operadas através de seus filhos. O homem público falecido era casado e deixa viúva a Senhora Ernestina Menicucci Rezende, além dos seguintes filhos: Vera Lúcia Rezende; Luiz Sérgio, empresário; Ricardo (já falecido); Diva

Maria, casada com o Senhor João Geraldo B. Mercer; Rafael Menicucci Rezende, empresário; Nelson M. Rezende, empresário e Henrique Menicucci Rezende; além de netos.

Por todos esses registros, justifica-se amplamente a homenagem póstuma que pretendemos firmar ante a memória de Raphael Rezende.

REQUERIMENTO Nº 2997

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de São Jorge do Ivaí, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política, no próximo dia 08.12.97.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor José Luiz Bovo, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito Senhor Idulian Zago, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de São Jorge do Ivaí irá comemorar, no próximo dia 08.12.97, seus 42 anos de emancipação política.

Pela Lei nº 16 de abril de 1953 foi elevado à categoria de Distrito do Município de Mandaguai e através da Lei nº 253 de 26 de novembro de 1954, foi criado o Município de São Jorge, o qual instalou-se em 08 de dezembro de 1955, tendo como primeiro Prefeito o Senhor Antonio Granzotto.

Através da Lei nº 6228 de 21 de outubro de 1971, o município passou a denominar-se São Jorge do Ivaí.

São Jorge do Ivaí limita-se com o Município de Florai, Jussara, Ourizona, Presidente Castelo Branco, São Carlos do Ivaí e São Tomé.

Naquela região predomina o tipo de solo conhecido como terra roxa, originado pela decomposição do Basalto. É um solo que possui grande aptidão para a agricultura, devido a sua fertilidade, portanto, é um município extremamente agrícola tendo como principais culturas: soja, milho, trigo, arroz, cana-de-açúcar e também pecuária.

Trabalhando sempre lado a lado, ao longo desses anos, administração e povo, têm conseguido dias melhores, pois, é através desse trabalho integrado, da união de forças que se poderá construir uma cidade mais digna, mais justa e um invejável progresso.

Com esta proposição prestamos nosso homenagem de gratidão e reconhecimento à população de São Jorge do Ivaí que continua prestando sua colaboração em prol do crescente progresso do município.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a população na certeza de que continuarão com a mesma garra o trabalho diuturno em prol do desenvolvimento cada vez maior do município.

REQUERIMENTO Nº 2998

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paulo Frontin pela passagem do seu 45º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Hercílio João Delima, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Irineu Zacarias, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paulo Frontin.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Paulo Frontin, no próximo dia 14 de dezembro estará comemorando seu 45º aniversário de

emancipação política, festivamente.

REQUERIMENTO Nº 3007

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Reverendo Honório Theodoro Neto, pelo Programa "Palavra de Esperança", que promove debates abordando temas de interesse sócio-comunitário, o que faz do programa, um espaço democrático e útil ao desenvolvimento social da Cidade de Ponta Grossa.

O Reverendo vem anunciando o debate que está sendo preparado com o intuito de abordar o problema de drogas, prostituição infantil e bebidas alcoólicas.

Embora seja um programa evangélico, tem um perfil diferente, que o torna agradável a todas as classes, sem discriminação religiosa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Reverendo Honório Theodoro Neto, sito na Rua Júlia Wanderley, 573, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3010

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que firma o presente documento, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de congratulações a Senhora Ivante Maria Scaravonatti, da Cidade de Pato Bragado, PR, pelo excelente trabalho que desenvolveu na qualidade de Presidente da Associação Comercial e Industrial de Pato Bragado - ACIBRA, na gestão 96/97, o qual trouxe expressivo progresso para a entidade e associados; e não menos, para a comunidade bragadense.

Requer-se, que do aprovado, seja dado conhecimento à homenagem.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro de Estado da Saúde e ao Secretário de Estado da Saúde, solicitando sensibilização em relação a intenção das Santas Casas promoverem o descredenciamento coletivo do SUS.

Um exemplo desta intenção é a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, que pode acabar definitivamente com o atendimento pelo Sistema Único de Saúde. Um ponto marcante para tal decisão é a medida do Governo que faz parte do último pacote econômico, que obriga as Santas Casas a recolher aos cofres públicos a cota patronal no desconto do INSS do salário de seus funcionários, que antes eram isentos.

A Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, segundo seu provedor Salem Chamma, está tendo prejuízos arrasadores, sem condições para continuar com o atendimento pelo SUS.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, em nome do provedor Salem Chamma sito na Rua Doutor Francisco Bórzio, 774, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3015

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, da Banca da Estadual do PPE, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Exceletíssimos Deputados Federais e Senadores da República que representam o Paraná no Congresso Nacional, bem como, aos Membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no sentido de que enviem os esforços necessários para aprovar os empréstimos pretendidos pelo Estado, cujos recursos são de extrema importância para o desenvolvimento econômico e

social, principalmente pelo atendimento aos setores agrícola, de saneamento e educacional.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

DULIO GENARI

CÉSAR SELEME

JOÃO TECHY

IRONDI PUGLIESI

NEIVO BERALDIN

EDSON LINO

REQUERIMENTO Nº 3012

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, esclarecimentos sobre a Revisão da Constituição Estadual.

Desta forma, indagamos ao Senhor Presidente e Deputado Relator:

1) Qual é a base legal com que foi instalado o processo revisor da Constituição Estadual?

2) Haverá um regimento disciplinando o processo revisor?

3) O artigo 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, usa a expressão logo após. O prazo de revisão constitucional, não está prescrito?

4) Qual a extensão da Revisão da Carta Estadual? Limitar-se-á ao conteúdo das emendas do processo revisor da Carta Magna Federal?

5) Como se dará o processo de apreciação das emendas apresentadas? Quem irá analisar e sistematizar as proposições?

O referido requerimento justifica-se pela necessidade de melhor conhecermos o processo de revisão constitucional instalado nesta Casa, haja visto, a importância do tema, uma vez que estaremos revendo a Carta Magna Estadual, fundamento de validade de toda legislação estadual.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(aa) ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito, na área abaixo especificada, visando consultar a população, conforme prescrição legal sobre a criação do Município de Vista Alegre da Serra, com as seguintes divisas:

"Com o Município de São João: inicia no rio Chopin na foz do rio Mirim, sobe por este até a foz do rio Mirinzinho. Com o Município de Chopinzinho: inicia na foz do rio Mirinzinho no rio Mirim sobe por este até a sua cabeceira no divisor de águas entre os rios Evoluído e Campinas, segue por este divisor na direção geral Sudeste até encontrar a BR 158. Com o Município de Coronel Vivida: inicia no encontro do divisor de águas entre os rios Evoluído e Campinas com a BR 158, segue por esta na direção geral Sul até uma estrada secundária à direita, segue por esta até encontrar uma linha seca e reta, segue por esta na direção geral Sul até encontrar a cabeceira de um afluente do rio Barro Preto, desce por este até encontrar a estrada São Luiz, segue por esta até encontrar o arroio São Luiz, desce por este até sua foz no rio Chopin. Com o Município de Pato Branco: inicia na foz do arroio São Luiz no rio Chopin, desce por este até a foz do Lajeado Gavião. Com o Município de Itapejara do Oeste: inicia na foz Lajeado Gavião no rio Chopin, desce por este até a foz do rio Mirim."

"Os seguintes limites e confrontações do perímetro urbano, são os seguintes: Norte: por linhas secas, confrontando com terras do lote 113, desta gleba. Nordeste: por linha seca confrontando com terras das lotes 112, 111,

109 e 108, desta gleba. Leste: pelo rio Surubi, confronta com terras da gleba 2 da Colônia Guabiroba, Sudoeste: confronta com terras dos lotes 72, 73, 76 e 77, desta gleba, Noroeste: por linhas secas com terras do lote 106, desta gleba."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 680/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Sérgio Luiz Bassi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) HORÁCIO RO. FIGUES

JUSTIFICATIVA:

A concessão de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná é uma das maiores honrarias concedidas aos homens de bem que prestaram e prestam serviços à comunidade paranaense.

Dr. Sérgio Luiz Bassi, nasceu no dia 12 de maio de 1.962, em Curitiba - PR, sendo filho de Alceu e Nanci Bassi.

Concluiu o 1º e 2º graus no Colégio Nossa Senhora Medianeira, obtendo o primeiro lugar todos os anos.

Formou-se médico pela Universidade Federal do Paraná em 1.986.

Fez residência em cirurgia cardiovascular no Hospital Evangélico, em 1.987/1.988.

Em 1.988/1.990, fez especialização em Endourologia e Litotripsia extracorporea, no Hospital Saint-Louis, Paris - França.

Em 1.990/1.991, fez residência em Urologia, em Paris - França.

Em 1.989/1.991, fez mestrado em Ciências Cirúrgicas, Paris - França.

Fez doutorado em Anatomia Cirúrgica, na Faculdade de Medicina René Descartes, Paris - França.

Pesquisador em oncogenese do câncer de próstata, pelo Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris - França.

Pesquisador em cirurgia experimental e oncogênese do câncer de próstata - modelos animais, em Paris - França.

Consultor em oncogênese do câncer de próstata - modelos animais, em Paris - França.

Pesquisador em endoscopia e laparoscopia em cirurgia urológica experimental, Paris - França.

Consultor e coordenador do Latin American Group Urologic Study, México - Argentina - Venezuela - Chile - Brasil.

Responsável pelos primeiros 60 implantes na América Latina de próteses metálicas auto expansíveis para próstata e uretra.

Monitor de Anatomia Médica, pela Universidade Federal do Paraná, de jul/81 - out/86.

Monitor de propedêutica Médica, pela Universidade do Paraná, jul-dez/82.

Responsável pela disciplina de Urologia, da Escola de Enfermagem - Hospital Retschild, Paris - França.

Membro da Associação Francesa de Urologia - França.

Recebeu inúmeras homenagens, prêmios e títulos no Brasil e exterior.

Participou de várias Conferências, Simpósios, Cursos, na Venezuela, Estados Unidos, Uruguai, Equador, Canadá, França, Chile e outros.

PROJETO DE LEI Nº 681/97

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural "Ikebana Ohara - RYU", com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) JÚLIO ANDO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública é uma associação sem fins lucrativos e que tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a divulgação da arte do "Ikebana", bem como, do estudo de sua filosofia e cultura na lida com as flores e plantas ornamentais.

Este trabalho é feito através de cursos regulamentares, pesquisas, conferências e exposições, proporcionando aos seus associados a prática e aprimoramento na execução e interpretação da arte do belo na simplicidade do amor à natureza em todas as suas manifestações.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, à presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 682/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo de Apoio Integrado Pro-Iguaçu - NAIPI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) JÚLIO ANDO

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo de Apoio Integrado Pro-Iguaçu - NAIPI, é uma entidade sem fins lucrativos que objetiva promover a recuperação, a valorização, a cooperação e a participação de seus associados nas questões ambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu.

Pretende, ainda, incentivar a população dos municípios a adotar hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais à bacia hidrográfica e seus eco-sistemas, bem como, desenvolver e estimular a consciência pública e privada para a necessidade de proteção do meio ambiente contra todas as formas que o agredem.

Face ao exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 683/97

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado de "Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente" o atual Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Adriano José Valente, advogado, nascido em São Paulo, radicou-se no Paraná desde 1952. Homem de visão e sensível à luta do povo de Maringá, percebeu a necessidade de transformação pela qual deveria passar o município, levando melhores condições de vida à população.

Eleito Prefeito Municipal de Maringá, implantou à frente do Executivo Municipal no Quadrênio 1963/1972, uma nova estrutura administrativa, através de uma equipada e modernas secretarias municipais, dando maior destaque ao setor da educação e da cultura.

Nesta oportunidade teve atuação destacada na fundação e implantação da Universidade Estadual de Maringá, desapropriando uma grande área 206,39 hectares - no sítio mais adequada da cidade (Av. Colombo), contratando o Arquiteto Jaime Lerner para projetar a "Cidade Universitária" iniciando as primeiras obras no "campus", sendo

sido por isso distinguido no Primeiro Encontro de Reitores do Paraná com a especial referência de "Prefeito de Educação de Nível Superior".

A denominação de "Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente" ao atual Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM, é uma justa homenagem ao homem público que acostumamos a admirar, cujas qualidades políticas e pessoais serviram como o melhor aval de uma gestão independente, cuja imagem ficará perpetuada junto às gerações futuras através do bem que praticou e das obras permanentes que realizou, das quais se orgulham seus amigos, e deve se orgulhar a sua Família.

PROJETO DE LEI Nº 684/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Morangueira, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Moranguera, preenche todos os requisitos legais necessários a sua declaração como de utilidade pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, prestando desinteressadamente serviços à coletividade, inclusive no âmbito da assistência social e beneficente.

Outrossim, a referida Associação não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e não remunera sua diretoria.

A presente iniciativa, além de inserir a Entidade no rol do reconhecimento público, representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que a Associação vem realizando e, certamente, continuará a realizar no campo da benemerência, promovendo o desenvolvimento da comunidade e procurando soluções para seus problemas.

PROJETO DE LEI Nº 685/97
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Manoel da Rocha Oliveira, a rodovia PR-158 no trecho compreendido entre a Av. Militão Rodrigues de Carvalho à BR-376 no Distrito de Sumaré, com extensão de 4.000 metros, no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O homenageado Manoel Rocha de Oliveira, nasceu no dia 22 de julho de 1952, em Rancharia, no Estado de São Paulo. Filho de Adolfo Pereira Rocha e Arlinda de Oliveira Rocha, casou-se com Dalva Aparecida Francisca da Silva Rocha, com quem teve os filhos Gabrielli Rocha e Fernando Rocha.

Chegou em Paranavaí em setembro de 1953, procedente de Rancharia, sua cidade natal.

Desde sua infância, quando aqui chegou com seus familiares, fixou residência nas imediações do Distrito de Sumaré, trabalhando na lavoura, e estudando na escola de Castro Alves.

Aos 15 anos de idade deu início na atividade comercial, trabalhando durante vários anos de sua juventude como balconista do mercado local, onde ganhou simpatia e confiança dos moradores.

Casou-se logo a seguir com a Senhora Dalva Aparecida, de família tradicional de cafeicultores do Distrito de Sumaré, formando um casal exemplar.

Participante de todas as atividades sociais, do clube de futebol local e da igreja católica como membro dirigen-

te.

Sempre colaborou com todas as atividades políticas e sociais de interesse dos cidadãos de Sumaré, como grande incentivador do prefeito da época, para que se implantasse no Distrito de Sumaré o Distrito Industrial de Paranavaí, onde hoje se instalaram as maiores empresas deste município.

Na vida pessoal cultivou grandes amizades, por sua postura ética e moral.

Sua grande virtude sempre foi o trabalho e, com ele conseguiu construir a maior transportadora de cargos do Distrito de Sumaré, gerando trabalho para muitos chefes de família.

Faleceu juntamente com sua esposa, em trágico acidente automobilístico, deixando sempre presente sua amizade e grande saudade.

O legado de um grande trabalho, nos dias de hoje, nos estimulam a prosseguir, buscando dias melhores para nossa gente.

Denominar esse pequeno trecho de rodovia paranaense de aproximadamente 4.000 metros de extensão, ligando o Distrito de Sumaré à BR-376, no Município de Paranavaí, como Rodovia Manoel Rocha de Oliveira, é uma justa homenagem a este saudoso cidadão paranavaense, e pelo acolhimento deste projeto, os moradores do Distrito de Sumaré e os caminhoneiros naquele Distrito residentes, se sentirão orgulhosos por esta homenagem póstuma.

Pelo exposto, conto com a acolhida dos nobres pares desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, estou encaminhando nesta Casa, Senhor Presidente, um pedido de informações e gostaria, inclusive, que ele fosse acolhido, porque visitando os municípios Senhor Presidente, alguns deles se deparam com uma cobrança por parte do Paraná Cidade que no meu modo de entender não condiz com recursos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que é o órgão financiador do PEDU e do Paraná Urbano.

Esta correspondência, Senhor Presidente, encaminhada às prefeituras, diz o seguinte:

"Prezado Senhor:

Os municípios que utilizaram recursos do Programa Paraná Urbano para execução de obras, cujos investimentos estão sujeitos a recuperação junto aos contribuintes, deverão fazê-lo por contribuição de melhoria. Este procedimento é exigido por força contratual, o seu descumprimento impedirá obtenção de novos financiamentos".

Este cabeçalho é que importa. O contrato dos municípios, com o Paraná Urbano, através do FDU, não tem nas exigências do município de que ele tenha que instituir contribuição e melhoria para poder pagar o empréstimo que está fazendo. Até porque é um empréstimo. Desde que o município pague em dia o empréstimo que está fazendo, está dentro da sua autonomia de poder fazê-lo. No máximo o que consta em um artigo, diz que: "Das obrigações do município é atender as metas fixadas para o aumento do esforço fiscal próprio e para arrecadação de pelo menos 80% dos recursos faturados anualmente a título de impostos, taxas, tarifas ou contribuição de melhoria.

O município precisa dentro da sua arrecadação própria, que nada mais é, do que da comprovação, por ora, do financiamento, da sua capacidade de endividamento. A mesma coisa que está se cobrando neste instante, por exemplo, do Governo do Estado do Paraná para o empréstimo externo, cobra-se do município, que ele tenha capacidade de endividamento, mas não me parece que caiba, a quem quer que seja, obrigar o município a cobrar contribuição de melhoria para um empréstimo que ele vai pagar com sua receita própria, independente, seja ela, do que for. Até porque, neste contrato que eu tenho em mãos, que declina necessitar de que prefeitura é, para não envolver a prefeitura nessa colocação, há compra pelo financiamento do

PEDU, de um veículo para a saúde e a cobertura de um miniginásio de esporte, feito no pátio de um colégio estadual.

Qual o parâmetro para que se possa colocar a contribuição de melhoria? De quem vai se cobrar a contribuição de melhoria? Se esse veículo serve para a população inteira.

Se esse ginásio de esporte sendo construído, não significa que houve valorização do terreno ao lado. Pelo contrário, se construirmos com recursos do PEDU uma casa mortuária, seguramente o terreno do lado não vai ter valorização. Portanto não há como qualificar essa contribuição de melhoria.

Gostaria de que pudéssemos encaminhar este Ofício ao Paraná Cidade para saber, basicamente, o seguinte: no que se baseia o Paraná Cidade para exigir dos municípios que têm um financiamento com o PEDU, de que ele cobre contribuição de melhoria, quando, na verdade, não existe nenhuma cláusula que isso justifique. O que vai acontecer é termos um aumento e mais de despesa para o município em seu município.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - É com satisfação que a Mesa Executiva anuncia a presença do Deputado Federal Ricardo Barros e sua esposa.

Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A semana passada poderíamos dizer que foi uma semana que vai entrar para a História do Brasil. Mas vai entrar para o lado terrível da nossa História. Na semana passada - após mais um ano de tramitação - o Congresso Nacional aprova uma medida de emenda constitucional a chamada Reforma Agrária.

Sabemos que quase todos ou mais de 80% dos países da Europa têm, na defesa do Serviço Público ou como defesa do Serviço Público, a estabilidade do Servidor Público. Países como Estados Unidos e Japão têm em seus Servidores Públicos profissionais competentes e técnicos competentes, para fazer com que o serviço público seja de qualidade, seja efetivo e que atenda as necessidades da população.

O Presidente da República - Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, atendendo às exigências do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, propõe a quebra da estabilidade do emprego do Servidor e coloca toda culpa da falência do Estado em cima do Servidor Público. O Estado Brasileiro precisa ser reformado. O Estado Brasileiro tem que ser competente e eficiente e prestar serviço de boa qualidade. Porém, não é o Servidor Público o responsável por esta situação caótica que se encontra o servidor público. A responsabilidade - em cada nível de governo - é do governante. A nível da União e Presidente da República, dos Estados e dos Governadores, e dos Municípios, dos Prefeitos, ex-Prefeitos e ex-Governadores que fazem do Serviço Público um trampolim para os seus apaniguados ou fazem do Serviço Público uma máquina de uso próprio, na política, para atendimento próprio ou para atendimento das elites e de setores privilegiados do nosso País.

O Servidor Público, agora, sem a estabilidade será mais uma vítima de desemprego, e o servidor público será a razão de maior destruição porque não terá mais a estabilidade necessária.

Quero aqui nesta tribuna registrar os nomes dos Deputados do Estado do Paraná que votaram pela destruição do serviço público e pelo fim da estabilidade do servidor público.

Os Deputados que votaram "sim", estavam ajudando a destruir o serviço público de qualidade, o serviço que poderia vir atender as necessidades da população.

Votaram contra o servidor e o serviço público, os Deputados: Abelardo Lúcio, do PFL; Afonso Camargo, do PFL; Alexandre Ceranto de PFL; Antonio Ueno, do PFL; Basílio Marini, do PSDB; César de Princesa, do PTB; Dióceu S., do PPB; Djalma de Almeida Cesar, do PTDB; Fer-

nando Ribas, do PPB; Flávio Ams, do PSDB; João Iensen, do PPB; José Borba, do PTB; José Janene, do PPB; Luciano Pizzato, do PFL; Luiz Carlos Hauly, do PSDB; Max Rosenmann, do PSDB; Moacir Micheletto, do PSDB; Nelson Melrer, do PPB; Odílio Balbinotti, do PSDB; Paulo Cordalro, PFL; Renato Johnsson, PSDB; Ricardo Barros, PPB; Valdormiro Meger, PFL; Werner Wanderer, PFL.

Votaram em defesa do serviço público e pela estabilidade do servidor público: Hermes Parcinello (PMDB); Maurício Requião (PMDB); Nedson Micheletti (PT); Pedro Roque (PT); Paulo Bernardo (PT) e Ricardo Gomide (PC do B). Esses são aqueles Deputados que se colocaram favoráveis para que o Estado seja eficiente, que atenda as necessidades da população e cumpra com seus deveres fazendo com que a população viva o seu direito de cidadania, e os Deputados aos quais se dispuseram contra isso.

Registro aqui o nosso protesto pela destruição do serviço público e pelo fim da estabilidade do servidor público.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerradas as inscrições do Pequeno e do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PTB, PPB.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Aponas para registrar, aqui, com satisfação na tribuna de honra desta Casa a presença do Prefeito de Itambé, já pelo 2º mandato, Mário Forastieri.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado o registro feito pelo ilustre Deputado, e S.Exa., sinta-se em casa.

Com a palavra o ilustre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, nobres colegas. Quero fazer um registro e, ao mesmo tempo, um apelo ao Governo do qual faço parte, à Liderança do meu Partido e ao Líder do Governo, sobre o seguinte: neste final de semana em Londrina, no lançamento do início das obras do Anel de Integração na minha cidade, mantive inúmeros contactos políticos, e um deles foi com o pessoal do Instituto Médico Legal de Londrina.

Todos nós sabemos que não é de hoje que esse órgão da Secretaria da Segurança da Polícia Civil, vem ressentindo de uma série de necessidades que passam pelo lado do material humano qualificado até pelo lado do material humano administrativo e de condições estruturais para bem poder desempenhar a importante tarefa da realização dos exames médicos legais, sobretudo nas vítimas de mortes violentas, que são aquelas que mais chocam e comovem a população.

E o IML de Londrina, que justiça seja feita, no atual Governo tem recebido alguma atenção do Secretário Cândido Martins de Oliveira - é bom que se registre isso. Muita coisa o Secretário Candinho já fez para a Polícia Civil de Londrina de cuja Instituição o IML faz parte. Mas, o IML da nossa Cidade ainda precisa de mais algum tipo de atenção e já que nós estamos chegando ao final do ano eu diria que para o próximo eu gostaria de ver, pelo menos, as questões emergenciais, que nós qualificamos de emergenciais, nobre Líder, equacionadas pelo nosso Governo e pela Secretaria de Segurança Pública. E para tanto eu peço o apoio de V.Exa.

Fiz aqui algumas anotações, muito rápidas, que colhi desse encontro que tive em Londrina com o pessoal do Instituto Médico Legal daquela Cidade. E eles precisam com a maior urgência possível resolver questões elementares para que o organismo possa dar vazão ao número muito grande de pleitos, de perícias, de exames cadavéricos, de uma série de outros exames toxicológicos, tendo em vista o aumento lamentável, triste, da questão das drogas no nosso Estado e que ao meu ver não implica em soma vultosa nenhuma. Com um mínimo de recursos adicionais ou quem sabe até realocados ou redirecionados este importante organismo pode ter uma atenção melhor de que a que vem recebendo ultimamente. Precisa de mais um veículo, não veja como uma tarefa difícil, não há a necessidade de ser um veículo novo, precisaria de mais 06 funcio-

nários administrativos para poder funcionar melhor este importante organismo que atende mais de 40 municípios da Região Norte do Paraná.

Então, Senhor Presidente e nobres colegas, a situação deste instituto é tão relevante e tão especial e está vivendo um momento delicado. Há um indicativo de greve por parte dos médicos legistas do nosso Estado. Há muitos anos que venho expressar uma preocupação com relação aos problemas gerais da Segurança Pública do nosso Estado. E, portanto, há muito tempo que não vejo movimentação deste nível, nobre Líder, de uma medida extrema de paralisação, por parte deste importante organismo da nossa Polícia Civil. Então, sentindo no Secretário Cândido, a melhor das intenções, sabendo que ele já fez por Londrina, pela área da Segurança Pública, tanto Civil como Militar e IML, muita coisa, eu queria fazer um apelo ao Governo do qual faço parte, especialmente ao nosso Líder Valdir Rossoni, a quem seguimos aqui em termos de orientação política no processo de votação. Gostaria que a Secretaria de Segurança não medisse esforços para continuar buscando uma solução para este problema do IML, que determinasse, juntamente com a Secretaria de Administração, que tem a sua frente este grande Secretário Reinhold Stephanes Júnior, e quando eu falo grande Secretário, falo com muito entusiasmo porque ele tem dado demonstrações de ser realmente um grande Secretário. Tem demonstrado sensibilidade para os problemas da sua pasta, muitos deles ele têm resolvido e sempre com muita sensibilidade e competência. Espero que encontremos uma solução que possa restabelecer a tranquilidade funcional do IML.

Hoje, para que os Senhores tenham uma idéia, um Médico Legista formado pela mesma Faculdade que os Médicos da Saúde Pública do Estado, cursaram, ganha aproximadamente 900 reais, ao passo que nós temos médicos da Saúde Pública que são tão funcionários quanto os Legistas que ganham, no mínimo, o dobro. Não estou colocando aqui as vantagens pessoais, os quinquênios e uma série de outras vantagens, apenas salário. Então, não é possível que a gente conviva com esta disparidade se analisarmos a relevância das atribuições dos Médicos Legistas. Gostaria de fazer este registro e dizer que estou preocupado com este indicativo de greve do IML, é uma instituição de maior nível e que merece da nossa parte o maior respeito. Todo aquele que tem formação sabe perfeitamente da importância, do significado, da relevância que tem a Polícia Científica na vida da sociedade, e, o IML, ao lado do Instituto de Criminalística, desempenha um papel da maior relevância na apuração dos crimes, na elucidação dos delitos, no esclarecimento de uma série de outras questões ligadas à Justiça como um todo e que a sociedade pede, clama que sejam resolvidos.

Portanto, acho que, ampliando o canal de conversação que já existe, porque o Governo nunca fechou as portas para uma conversação com o pessoal do IML, a gente possa estancar este movimento, que a meu juízo tem procedência na medida que o IML realiza estas tarefas importantes e os seus Legistas, os seus Técnicos, os seus Toxicologistas, os seus Químicos Legais, não recebem, por este extraordinário trabalho, o salário compatível com a atividade que exercem. Então, coloco-me à disposição de V.Exa. como alguém que a vida toda lutou nesta área, que já chegou a ir a fundo na análise de uma discussão, de um porque quis, ou acontece, ou deixa de acontecer, para juntos com V.Exa. com o Secretário da Segurança e com o Secretário da Administração, encontrarmos um meio termo e com isso evitarmos que este importante Instituto Médico Legal, este importante organismo da Polícia Civil venha paralisar as suas atividades com consequências imprevisíveis, não só ao nosso Governo, não só à Polícia Civil, à Polícia Judiciária, mas especialmente com consequências imprevisíveis a nossa sociedade, da excelência dos serviços dos nossos médicos legistas do nosso Instituto Médico Legal. Portanto, Senhor Presidente, queria fazer esse registro, deixar aqui, em nome da Liderança do PTB, esta nossa preocupação com esse importante organismo da Polícia Judiciária do nosso Estado. E reiterar esse apelo à Liderança do Governo, ao lado de quem quero colocar para encontrarmos uma solução para esse problema.

Muito obrigado,

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só gostaria de registrar a presença entre nós do Presidente do PFL, Marcelo Francisquini, e o Vereador Moacir Ferraresi de Tapejara. E também, em meu nome e em nome do Dullio Genari, o Vereador de Assis Chateaubriand, Edson de Paula.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PPB com a palavra. Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje quero relatar aos Senhores Deputados a situação em que se encontram os produtores de frango da região do extremo Oeste do Estado do Paraná, em específico os integrados do Frigorífico Chapecó.

São em número de 500 integrados. Destes 500 integrados 84% são pequenos e mini-avicultores, ou seja, são famílias que com seus membros tocam os aviários. Destes, 70% possuem financiamento junto ao BANESTADO no Programa Panela Cheia.

A partir de 30 de novembro de 96, o Frigorífico Chapecó abandonou 100% dos 68 aviários do Município de Três Barras do Paraná, deixando estes avicultores em situação insustentável, haja vista que todos estes aviários foram financiados pelo BANESTADO - Programa "Panela Cheia".

Graças ao alongamento da dívida feita pelo BANESTADO, a situação se amenizou em partes, salientando que necessitam dessa produção para sua sobrevivência.

Só no FINAME RURAL da Agência do BANESTADO de Capitão Leônidas Marques 23 avicultores estão em atraso com duas parcelas, parcelas estas que são pagas a cada seis meses. Portanto estão há um ano em atraso.

Hoje com a atual crise econômica nacional, o Frigorífico Chapecó de Cascavel está operando com 50% de sua capacidade, ou seja, o recebimento de frango dos integrados caiu pela metade.

Vou ler matéria do Jornal Gazeta do Iguaçu do dia 26.11.97, com o seguinte título:

PRODUTOR INSATISFEITO

"Agricultor pede para morrer em certas horas", disse o produtor rural Delfino Burilli, ao analisar a rentabilidade da avicultura. Ele recebe R\$ 800,00 por lote de frangos desses, 25% são pagos ao responsável pelo serviço. Senhor Celso Grzegozeski que trabalha com a esposa e tem dois filhos.

O produtor relata que em média R\$ 80,00 são destinados a gastos com carregamento dos frangos, R\$ 50,00 para maravalha (serragem grossa). Os R\$ 80,00 reais pagos pelo lote de sete mil aves respondem ainda pelas limpas, desgaste de bombas e outras despesas.

Além dos 45 dias para o desenvolvimento das aves até a entrega, o produtor tem que esperar outros 45 dias, em média, para receber do frigorífico. Ele tem feito adiantamento "recebimento de lotes de aves cinco vezes ao ano em tempos de normalidade pode chegar a sete vezes, e isto vem reduzindo sua rentabilidade.

Então os senhores podem ver o tamanho do problema porque passamos produtores de frango da região do extremo Oeste do Estado.

Está em curso uma possível negociação de venda do Frigorífico Chapecó para o grupo argentino Macri. Esta negociação encontra-se no BNDES, segundo informações do Senhor Lino Bergamini que é Presidente da Associação dos Produtores de Frango, do Oeste do Paraná.

O BNDES estaria fazendo o levantamento de real de seus passivos e seus ativos, resultado este que deve sair daqui uns 60 dias.

Como parlamentar, venho pedir que o governo do estado viabilize estudos para que juntos (Frigorífico Chapecó, BANESTADO, BNDES, e Avicultores) possamos encontrar uma solução para o problema, pois não podemos nos esquecer que para fixação do homem no campo só se realizará com a ajuda do governo federal e estadual ao pequeno e mini-agricultor.

Senhores Deputados, concedo um aparte ao nobre Deputado Colombo.

O Sr. Colombo - Deputado Neivo Beraldin, quero parabenizá-lo por esse pronunciamento, haja vista que também acompanhamos de perto esse problema dos investimentos que foram feitos pela Chapecó, e não conseguiu manter devido a distância de busca desses produtos, do frango, que ficava muito distante do lugar de abate, portanto o custo aumentava, segundo informações que tive. E segundo, os recursos que foram colocados à disposição da empresa, não foram investidos na empresa em Cascavel e, sim, na sede em Santa Catarina.

Junto com o problema do frango, naquela região toda - e o Deputado Nereu Moura, que conhece muito bem aquela região do Sudoeste de Três Barras, - a produção que poderia ser uma alternativa, uma saída, também está indo para as "cucuias", porque o preço de mínimo de vinte e quatro reais a saca, que deveria ser garantido pelo governo, os compradores não pagam nem vinte. Vinte e quatro reais dava para empatar o custo da produção.

Associado a todo esse problema dos investimentos que foram feitos, os financiamentos estão vencendo no banco. O camarada não está produzindo o frango para pagar o empréstimo. Temos esse problema com a frustração da safra do feijão. Uma coisa seríssima que está acontecendo na região.

Portanto, isso nos preocupa por demais. Acho que o governo do estado tem, sim, a obrigação de dar uma olhada para isso. Tendo em vista o seu interesse pela industrialização do estado, está se esquecendo daquilo que sempre deu recursos para a nossa região, que é a agricultura.

Obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN - De fato o BNDES concedeu ao Frigorífico Chapecó quarenta milhões de reais de empréstimos. O BNDES está com a representação, junto ao Frigorífico Chapecó, sendo administrado por agente do BNDES. Agora, o BNDES concedeu mais quatro milhões para o Frigorífico Chapecó, segundo informações extra oficiais. No entanto, os quatro milhões, não sei se não deveríamos ter uma pressão política para que esse dinheiro novo fosse investido em Cascavel, para poder dar continuidade à produção e ganho dessa gente.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Neivo, este assunto que V. Exa. aborda hoje é um assunto que já consumiu uma grande discussão no Oeste e Sudoeste do Paraná e da qual tivemos a satisfação de participar ativamente de debates, de discussões, buscando encontrar soluções para o grave problema dos agricultores integrados ao Frigorífico Chapecó, sediada em Cascavel.

O fato é que, o Frigorífico Chapecó, a partir do final do ano passado, quando entrou em decadência econômica, deixou de fazer o abate de 100% de sua capacidade, abate apenas 50% resultando disso uma consequência perversa para o agricultor. Isso que V. Exa. relatou aqui é pura verdade, quatro, cinco meses, cento e vinte, cento e cinquenta dias para que o integrado recebesse os lotes de frango, regularmente entregues ao Frigorífico Chapecó. Foi feito um esforço enorme para que o Banco do Estado do Paraná liberasse cinco milhões de reais que iriam, definitivamente, fazer com que a Chapecó fizesse o abate de 100% da sua capacidade. Infelizmente, em que pese o Deputado Caio Quintana, a nossa participação, em que pese o Deputado Edgar Bueno ter feito insistentemente apelos ao Banco do Estado, não conseguimos que aquela instituição liberasse os cinco milhões de reais para que o Frigorífico Chapecó voltasse a abater com 100% da sua capacidade, e além disso voltasse a oferecer mais cento e quarenta empregos, lá na Região Oeste do Paraná.

Se isso não bastasse, nobre Deputado, havia também o fato grave do "Pavão Chapecó", porque o agricultor faz o avião, através do financiamento "Pavão Chapecó", como não estava alojando consequentemente não estava rece-

bendo. Venceu a primeira parcela, conseguimos, através de gestões políticas, que o Banco do Estado desse um tempo aos agricultores para que fosse regularizado. Todavia são duzentos e quarenta, duzentos e cinquenta avicultores que não estão alojando já há muito tempo, dificultando grandemente a sua vida porque não alojando não tem como pagar!

Então há um problema sério! Agora uma luz no fim do túnel se apresenta que é a venda do Grupo Chapecó para um grupo argentino. Esperamos que este negócio seja concretizado brevemente, uma vez que o grupo argentino está fazendo um inventário do Grupo Chapecó. Isso acontecendo, com certeza será a melhor notícia que os avicultores do Oeste do Paraná receberão, neste final de ano.

Quero parabenizar V. Exa. por ter vindo somar ao nosso esforço, a nossa luta na defesa dos avicultores integrados do Frigorífico Chapecó; lá do Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN - Quero informar a V. Exa., Deputado Nereu Moura, que estive junto com os produtores da região, na direção do BANESTADO. Lá tomei conhecimento de uma carta do BNDES, onde ele já liberava os recursos ao Frigorífico Chapecó. No entanto, o que estou questionando é que o BANESTADO, como agente imponha ao BNDES que este dinheiro poderá ser incorporado ao Frigorífico Chapecó desde que seja investido em Cascavel.

Então, nós como temos o agente financeiro que é o BANESTADO, temos que conversar com o BNDES, nesse sentido e não deixar incorporar mais quatro ou cinco milhões de recursos para o Frigorífico Chapecó investir em Chapecó ou não sei o que, porque o BNDES, muitas vezes aprova o financiamento pra quem não deveria aprovar. Concedo o aparte ao nosso Líder, Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Deputado Neivo assiste razão a V. Exa., neste pronunciamento mas em que pese a sua preocupação e a sua atuação juntamente com os agricultores e o próprio Frigorífico a grande realidade é que a avicultura, aqui no Sul do Brasil, passa por uma análise bastante criteriosa, principalmente porque os custos de produção em outras partes do país, como o Centro-Oeste, é bem menor do que os nossos.

Acho que o senhor está absolutamente correto quando através de gestões políticas e do apoio de vários Parlamentares, quero me somar a esta intenção de V. Exa., de poder resolver o problema dos agricultores já integrados, os que fizeram investimentos, que construíram os aviários e que hoje estão nesta situação difícil.

Gostaria de parabenizá-lo por este assunto que traz à tribuna. E com certeza é um assunto que merece o apoio de todos os Deputados desta Casa.

Parabéns à V. Exa., e gostaria de me somar a esse esforço para encontrar uma solução para os que são integrados do Frigorífico Chapecó.

O SR. NEIVO BERARDIN - Vejam os Senhores, Deputados, um pequeno agricultor que coloca ali um aviário para ter uma renda para sua subsistência na agricultura, melhorar um pouco a qualidade de vida. Se precisa de um empréstimo, de uma mão amiga, muito raramente ele encontra.

Agora, os grandes, recebem 40 milhões, 45 milhões, 50 milhões e desvio para terceiros. Como é que queremos um país justo, quando temos uma economia, uma ação política tão perversa como temos hoje?

O Sr. Caio Quintana - Deputado Neivo, via no aparte do Deputado Nereu Moura, a citação de que participamos de inúmeras reuniões na Região Oeste e Sudoeste. E até corrijo um dado: são duzentos e poucos aviários que não estão recebendo, são quinhentos aviários financiados, Deputado Neivo, que não têm condição de pagar caso não haja uma retomada do abate do produto.

Entendemos que isso passa a ser um problema sério a ser discutido na justiça com relação à cobrança, quando

o agricultor não é culpado pelo fato de não poder cumprir o pagamento, porque na verdade a empresa não está fornecendo mais o pinto para que ele possa ter um giro de lucro. É muito mais complicado. Isso certamente vai desaguar futuramente, em cima disso.

Queria deixar registrado: de minha parte pelo menos - acho que de V. Exa. a mesma coisa - que não se trata de defesa do Grupo Chapecó. Trata-se de defesa de uma solução para o problema. Alguém vai ter que dar continuidade. Adianto, pela benevolência da Mesa, só uma coisa Deputado: o galinheiro não era financiado no "Panela Cheia" antigamente. Foi por intervenção direta nossa na época, junto com o então Secretário da Agricultura, Osmar Dias, com o diretor da Carteira Agrícola do Banco do Estado do Paraná, o Paulo Furiatti, que foi aumentado o volume para permitir que se construísse galinheiros com fins comerciais dentro do "Panela Cheia".

Veja bem, o que acontece agora com esse pessoal: devido a uma crise no setor eles acabam não podendo alugar e conseqüentemente não podendo pagar. Acho que todos os esforços são válidos, na tentativa de fazer com que o agricultor não seja a "mortadela do sanduíche". Ele não pode ficar no meio do problema econômico e do interesse de uma empresa.

O Sr. Edgar Bueno - Meu caro Deputado Neivo, acompanhamos - como disseram os Deputados Nereu e Caio Quintana, - esse problema da Chapecó, que tem trazido preocupação muito grande aos pequenos agricultores e avicultores.

A grande preocupação hoje é encontrar uma saída para os pequenos avicultores, porque a Unidade da Chapecó de Cascavel, está vinculada aos interventores: BRADESCO, Bozano Simonsen e Banco do Brasil, que financiaram e hoje são interventores do Grupo Chapecó.

Portanto, é impossível a desvinculação da Unidade de Cascavel para receber um aporte financeiro de 5 milhões. E você não sabe realmente para onde vai. Então não há esta possibilidade. A única saída seria a venda do Grupo Chapecó ou desta Unidade de Cascavel para um grupo argentino. E se isto não for possível temos que encontrar uma outra saída para o pequeno agricultor, para que ele tenha um frigorífico, um abatedouro em condições de absorvê-lo para que possa criar com dignidade a sua família. Ele vive, fruto do trabalho dessa questão da avicultura. Infelizmente hoje ele passa por grandes transtornos, grandes preocupações.

Então vamos encontrar uma saída sim, porque o Grupo Chapecó que abatia no início da sua estada em Cascavel 150 mil frango/dia, hoje não abate nem 50. Diminuiu 50% o número de empregados. De hum mil e poucos empregados, hoje não chega a quinhentos.

Então, temos que resolver esse problema imediatamente, porque é um problema social, de desemprego e também de proteção que precisamos dar aos pequenos agricultores não só do Oeste, mas Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN - Quero agradecer a intervenção de todos os Deputados que representam o extremo Oeste do Paraná. A minha intenção não é ser a voz dentro do Frigorífico Chapecó e nenhum dos outros interventores. A minha intenção é chamar a atenção dos Senhores Deputados para o problema que temos. E chamar a atenção do Banco do Estado para que ajude aquele que produz, para que mantenha o homem no campo, para que dê ao trabalhador a possibilidade de produzir, de industrializar, de consumir e de ter uma qualidade de vida melhor.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PMDB, PDT, PFL, PL, PSDB, PT, Liderança do Governo. (Todos declinaram).

Está encerrada a hora do Expediente
Passa-se à

ORDER! DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto nº de de autoria do Sr. Deputado Valmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Júlio Ando, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo de Paranacity, localizado em Paranacity. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 197, de 13.11.97, em 1ª Discussão)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 387/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Universidade Livre de Artesanato e Cultura Popular - UNIART, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 123, de 19.08.97)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 393/97, de autoria do Deputado Toti Colaço, fica concedido o Título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná, à Sra. Marlene Salete Casagrande Pereira. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 125, de 20.08.97)

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 491/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/97, que aprova um ajuste no valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), ao vigente programa de obras da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para viabilizar a construção das cadeias públicas de Londrina e de Quatro Barras e a reforma das cadeias dos Municípios de Luzerna e Cianorte. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 160, de 30.09.97 - Mens.)

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 513/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Filantrópica Luz, com sede e foro na Cidade de São Jerônimo da Serra. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 181, de 25.11.96)

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 553/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural e Educacional Luzmar de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 171, de 14.10.97)

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 559/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que declara de Utilidade Pública o Instituto Dr. Elias Abrão, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 173, de 15.10.97)

ITEM 08

REDACÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 570/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Rocio I do Município de Palmeira. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 178, de 21.10.97)

ITEM 09

REDACÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 574/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Céu Azul - FUSCA, com sede e foro na Cidade de Céu Azul. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 178, de 21.10.97)

ITEM 10

REDACÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 578/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança e Bem-Estar Social de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 181, de 22.10.97)

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera dispositivos da Lei nº 10.236, de 28.12.92, que dispõe sobre a instituição de taxas de segurança preventiva e criação do Fundo de Modernização da Polícia Militar. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO, EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a municipalizar trecho da PR-412. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 449/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/97, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de RS 15.740.959,00 (quinze milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e cinquenta e nove reais), ao vigente orçamento do Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/97, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que proíbe os alunos, professores e demais funcionários das escolas públicas de 1º e 2º graus de fumarem cigarros de qualquer espécie nos recintos das escolas, mesmo nos pátios e áreas de lazer, em dia de aula. **EMENDAS DA C.C.J., COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emendas nºs 01, 02 e 03 - Aprovadas.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento, nº 2970, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Emerson Nerone, constante do expediente.

"Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná
Gabinete da Procuradoria
D E C I S Ã O

Assunto: Requerimento que solicita a **SUSPENSÃO DA TRAMITAÇÃO** do Projeto de Lei nº 492/97 e devolução da Mensagem nº 58/97, face a não observância no estipulado na Lei nº 11.802/97.

1. Em requerimento apresentado na Sessão Plenária, do dia 26 de novembro de 1997, os ilustres Deputados Nerone, Ângelo Vanhoni, Péricles H. de Mello e Dr. Rosinha, solicitam da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa determine que "após ouvido o Plenário, seja suspensa o trâmite" do Projeto de Lei nº 492/97, que objetiva a de-

liberação do Legislativo, em relação Orçamento para o exercício de 1998. Com isto, também, requerem "a devolução da Mensagem nº 58/97, oriunda do Poder Executivo".

2. Justificam o requerido, expressando que a Mensagem não observou o disposto no inciso III, do art. 16 e no art. 20 da Lei nº 11.802, de 17.07.97.

3. Assim, expressa, o requerimento, que a Mensagem Governamental nº 58/97, cujo anteprojeto se transformou no Projeto de Lei nº 492/97, veio com duas "não observâncias":

a) não trouxe o demonstrativo previsto pelo inciso III, do art. 16, da Lei nº 11.802/97, porque "não apresenta quaisquer informações sobre isenções fiscais concedidas no exercício de 1997"; e,

b) desatende o art. 20, da Lei nº 11.802/97, porque "a Mensagem 58/97, superestima a lei orçamentária em 3.444.788.100,00 (3,4 bilhões), equivalente a 46%, o que está em desacordo com o previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias".

4. Em suma, no mérito, o requerido enseja uma discussão sobre a legalidade e/ou constitucionalidade da Mensagem e, por consequência, do Projeto de Lei nº 492/97.

5. Na atual fase do Processo Legislativo, como é de conhecimento de todos, atendendo o disposto na Constituição do Estado do Paraná e na Resolução nº 159/90, Regimento Interno da Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 492/97 encontra-se em deliberação na Comissão de Orçamento, a quem compete, antes de tudo decidir sobre a ilegalidade e/ou inconstitucionalidade do plano de lei orçamentária.

6. Assim sendo, preliminarmente, portanto sem entrar no mérito, temos que, na atual etapa do Processo Legislativo, o Requerimento apresentado carece de condições para ser apreciado pela Mesa Diretora da Assembleia e/ou pelo Plenário, ante a sua manifesta inconstitucionalidade e ilegalidade.

7. A Constituição Estadual define que, no atual estágio do processo legislativo, à Mesa Diretora ou ao Plenário não é dado competência para apreciar a legalidade e/ou ilegalidade do Projeto de Lei nº 472/97, porque este se encontra sob a deliberação da Comissão de Orçamento.

8. A Lei Maior do Paraná impõe competência, em matéria orçamentária, nos incisos I e II, do § 1º, do art. 134, consignando que: "os projetos de lei relativos às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual caberá às comissões técnicas competentes da Assembleia Legislativa examinar e emitir parecer", bem como "sobre os planos e programas estaduais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária".

9. No mesmo rastro segue o Regimento Interno desta Casa, nos incisos I e II, do "caput" e § 4º, do art. 33 e arts. 203 e seguintes.

10. Ainda, é evidente a impossibilidade do Plenário e/ou mesa Diretora da Assembleia Legislativa de analisar e deliberar sobre o Requerido, sem o devido estudo e análise da Comissão de Orçamento, desta Casa, principalmente, ao depararmos que no mérito, o pedido, manifestamente, envolve dados técnicos.

11. O Plenário, portanto, atendendo o disposto na Constituição Estadual e no Regimento Interno, só poderá analisar e deliberar sobre o Projeto de Lei nº 492/97, após decisão e nos termos de Parecer deliberado e aprovado pela Comissão de Orçamento a quem, o sistema jurídico, atribui, especificamente, dever e direito de analisar a constitucionalidade e/ou legalidade do plano de lei orçamentária.

12. Também, é indubitável que somente em estágio futuro do Processo Legislativo, como prevê a Carta Constitucional do Paraná e nos dispositivos regimentais deste Poder, o Plenário poderá deliberar sobre o mérito do Projeto de Lei nº 492/97, mas isto com base em Parecer habilitado pela Comissão de Orçamento, e nunca nos termos colocados no requerido.

13. Ante ao exposto e por mais que ainda se poderia aditar, somos de opinião, por consequência, **DECIDINDO**

que, "ab initio", o Requerimento dos nobres Deputados, não tem condições de ser apreciado, em razão de que, na atual etapa do Processo Legislativo, o órgão que pode conhecer e analisar o plano da Lei de Meios é a Comissão de Orçamento, por ser, regimental e constitucionalmente, o setor com competência para emitir parecer sobre a constitucionalidade e/ou legalidade do Projeto de Lei nº 492/97.

Sala das Sessões, em 11 novembro de 1997

(a) ANIBAL KHURY
Presidente"

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - O
Senhor mandou o projeto para a CCJ, para ser analisado o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Não, eu determinei o arquivamento do requerimento, porque de acordo com o Regimento Interno, com a Constituição cabe a Comissão de Orçamento emitir o Parecer.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Mesmo que um pouco atrasado, solicito à V. Exa., a respeito do requerimento da Bancada, se não seria um encaminhamento normal, encaminhar para a Comissão de Orçamento se manifestar sobre este requerimento, ao contrário de arquivar, vá para a Comissão de Orçamento para que ela se manifeste.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O requerimento vai automaticamente para a Comissão, porque ele se refere à Comissão de Orçamento.

Requerimento nº 2969, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. EMERSON NERONE - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. Oito aprovam; vinte e oito rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 2981, de autoria do Sr. Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2996, 3013 e 3014, de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2997 a 3000, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3001, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3002, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 3005 e 3006, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente.

diente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 3007 e 3008, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3010, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3012, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Doutor Rosinha e Irineu Colombo, constante do expediente. **Recebido. Encaminhe-se ao Relator da Comissão, Deputado Caíto Quintana.**

Requerimento nº 3015, de autoria dos Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Duffio Genari, César Selene, João Techy, Neivo Beraldin, Edson Lino e da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2971, de autoria dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Luiz Claudio Romanelli e Emerson Nerone, constante do expediente de sessão anterior. **Encaminhe-se ao Tribunal de Justiça, na forma do requerido.**

Este Requerimento será encaminhado ao Poder Judiciário a quem cabe indicar ao Governo do Estado os precatórios a serem pagos no ano de 1998.

O SR. VALDIR ROSSONI - (Questão de Ordem) - Só queria agradecer a manifestação e o Requerimento feito pela Bancada do PPB, onde ela requer a esta Casa e foi aprovado por unanimidade, o apoio à aprovação dos empréstimos no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Designação de membros para Comissão Especial que estudará a Proposição nº 012/97: Joel Coimbra, Beto Richa, José Tavares, Caíto Quintana e Edgar Bueno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 596, 654 e 655/97.

E marca ainda uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 02, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 564/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 307, 308, 453, 504, 525, 531/97; e, do Projeto de Resolução nº 017/97.

Levanta-se a sessão.